



Nacional



Estatutos mudaram por unanimidade

A alteração dos estatutos da ANIECA foi aprovada por unanimidade numa assembleia-geral extraordinária de abril de 2016. A nova versão foi depositada junto do Ministério do Trabalho a 6 de julho e publicada a 22 do mesmo mês.

Quase três milhões de exames feitos

Nos seus seis centros, entre o arranque em setembro de 1991 e o final do ano passado, a ANIECA realizou 2,8 milhões de exames, indica o relatório e contas de 2016. Desse, 1,389 milhões foram teóricos e 1,417 foram práticos.



Autorização foi dada nos anos 90

Nos anos 90, a incapacidade do Estado de dar resposta à procura levou o Governo de então a autorizar a abertura de centros de exame pela ANIECA, Associação de Escolas de Condução APEC, Automóvel Clube de Portugal e Bombeiros de Tabua.

Cartas de condução Associação de escolas intimada a alterar estatutos que permitem serviços lucrativos. Visada garante estar dentro da lei

Ministério diz que há centros de exame ilegais

Alexandra Figueira*
 afigueira@jn.pt

► A existência dos centros de exames da Associação Nacional de Escolas de Condução Automóvel (ANIECA) está em risco. O Ministério do Trabalho entende que a associação patronal não pode explorar aquele tipo de atividade (que em 2016 rendeu quase três milhões de euros) e deu 180 dias para corrigir os estatutos. O Ministério Público no Tribunal do Trabalho de Lisboa abriu um processo para apreciar a legalidade de tais estatutos. Já no âmbito de um processo-crime no Tribunal de Braga, também foi pedida a declaração de ilegalidade. Contudo, a associação garante a legalidade dos centros e recusa estarem em risco.

A ANIECA é uma associação de escolas de condução que detém e centros onde qualquer pessoa pode fazer exame e dá formação no ensino da condução. As duas atividades estão previstas nos estatutos, em artigos que a Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), do Ministério do Trabalho, quer ver alterados. Ao IN, o Ministério esclareceu ter encontrado "desconformidade de algumas disposições estatutárias com a lei", como a "prestação de serviços a terceiros", e, em outubro, deu 180 dias úteis para os alterar. Se tal não acontecer, remeterá o caso para o Ministério Público.

Nulidade pedida em tribunal
 Para Jorge Nande, advogado especializado na legislação do setor, está em causa o facto de a ANIECA ser uma associação de empregadores e, portanto, não poder vender bens e serviços ao público em geral. Fundamenta-se num parecer do Ministério Público, emitido quando a Associação Nacional de Farmácias quis desenvolver uma



Ministério do Trabalho entende que associação deve mudar os estatutos, que preveem exploração de centros de exames

atividade empresarial, segundo o qual "não é admissível [...] às associações de empregadores prosseguirem atividades económicas com vista à obtenção de fundos para a prossecução dos seus fins".

Já o parecer da DGERT foi utilizado por Brochado Teixeira, advogado de acusados de corrupção na obtenção de cartas de condução, em Braga, para requerer ao tribunal a declaração de nulidade dos centros. Essa declaração, entende o defensor, esvaziaria a acusação contra os seus clientes. Ao IN, garantiu que recorrerá para a Relação, caso perca na 1.ª instância.

A posição é secundada por Paulo Palma, dono das escolas de condução Topdrive e dirigente da Conduforma, uma recente asso-

ciação de empregadores do setor. "Os centros da ANIECA funcionam de forma ilegal e com a conivência do Instituto da Mobilidade e Transportes" (IMT), assegura.

ANIECA garante estar legal
 Contactado pelo IN, o IMT afirma desconhecer qualquer investigação em curso e diz que continuará a aceitar os exames realizados na ANIECA "enquanto não houver alterações legislativas ou determi-

Centros de exames são autorizados pelo Governo, garante ANIECA

nações superiores ou judiciais". Adianta também que a ANIECA detém centros de exames por autorização expressa do Governo, mas por parte do agora Ministério do Planeamento e Infraestruturas.

O argumento é também invocado por Fernando Santos, presidente da ANIECA, que garante que os centros têm "perfeito cabimento legal" e "autorização das entidades competentes", o que demonstra pela declaração da ANIECA como pessoa de utilidade pública. "De maneira alguma entendemos que a gestão e desenvolvimento dos centros de exame de que somos proprietários e a prestação de serviços de formação nos esteja vedada", assevera.

* COM NUNO HIGUEL MAIA

contas de 2016 :

2,829

milhões de euros foi o valor dos proveitos da ANIECA com a realização de exames, segundo o relatório e contas. A formação rendeu 160 mil euros.

88

mil euros foi quanto recebeu de quotizações dos associados. É uma pequena parte das receitas de três milhões registadas no ano passado.

1,3

milhões de euros foram recebidos pela ANIECA, a favor do IMT, a título de taxa de emissão das cartas de condução.

Número de associados sobe

● No final de 2016, a ANIECA contava com 616 associados, detentores de 711 licenças de escola de condução. Durante esse ano, foram admitidos 36 novos e eliminados 33-16 por quotas em dívida, 16 a pedido dos próprios e um por razões disciplinares, indica o relatório de atividades e contas de 2016.

63 trabalhadores este ano

● No ano passado, a associação contava com 63 trabalhadores, 60 dos quais com vínculo laboral definitivo.